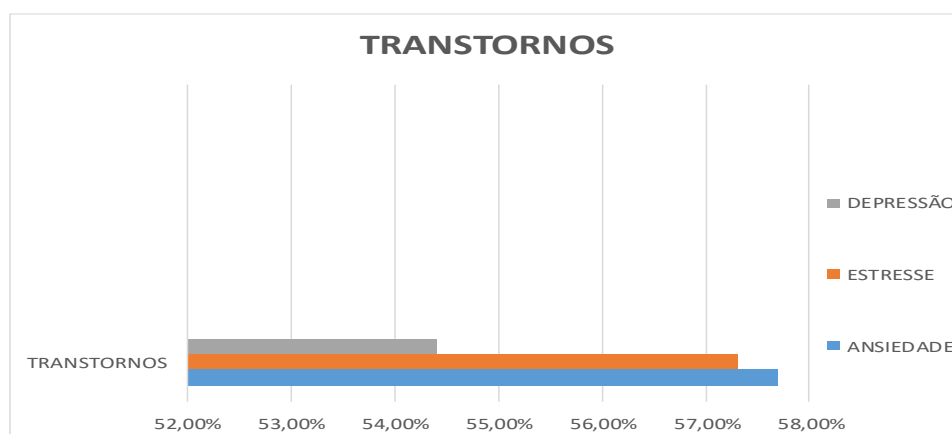


SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA PANDEMIA DA COVID-19 EM MS E DF – RELATÓRIO PARCIAL DESCRITIVO

A Fundação Oswaldo Cruz Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS), em parceria com a Fiocruz Brasília e pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Escola de Saúde Pública (ESP) do estado de MS, está realizando uma pesquisa que tem como objetivo avaliar o impacto dos transtornos mentais no trabalhador e no trabalho em saúde, no contexto da pandemia da COVID-19. Esta pesquisa, iniciada em outubro de 2020, está ocorrendo no estado de Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, contemplando os diversos cenários da atenção à saúde (hospitais, unidades básicas de saúde, clínicas e etc) e inclui profissionais de enfermagem, odontologia, medicina, farmácia e fisioterapia.

Como primeira etapa do estudo, está sendo avaliada a presença de sintomas dos transtornos de depressão, ansiedade e estresse, para, em seguida, serem identificadas as estratégias utilizadas para o enfrentamento do sofrimento mental na pandemia de COVID-19.

Nessa primeira etapa em Mato Grosso do Sul (outubro de 2020 a março de 2021), participaram 518 profissionais da saúde e a partir da análise descritiva dos dados, os mesmos revelam que houve a presença de sintomas, que variaram de leve a extremamente severo, nos três transtornos, segundo a Escala do DASS-21, sendo: ansiedade (57,7%), estresse (57,3%) e depressão (54,4%).

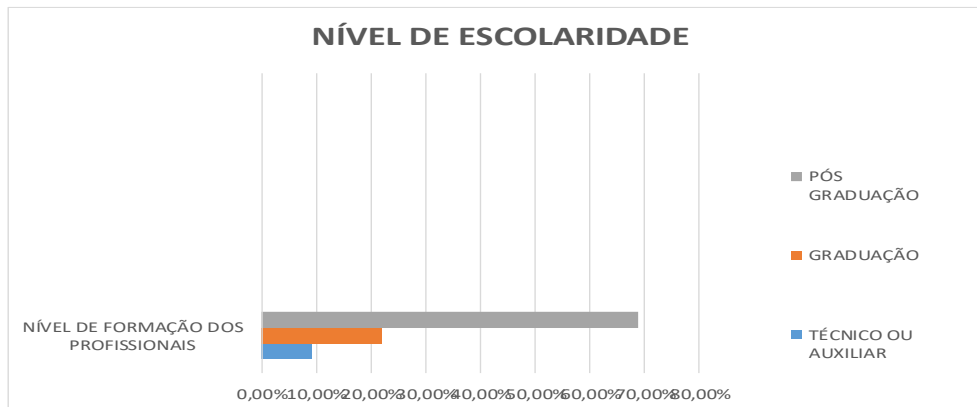


Dentre as alterações apresentadas, no transtorno de ansiedade a classificação de extremamente severo foi de 28,4%, e moderada, 10,6%. As classificações leve e severa foram observadas respectivamente em 9,8% e 8,9% dos participantes.

No transtorno de depressão, a classificação extremamente severa foi de 16,6%, seguido por moderada (16,2%), leve (12,4%) e severa (9,3%). O transtorno de estresse apresentou percentual maior

na classificação severo (17,4) e moderado (16,0%). A classificação extremamente severo foi de 15,6% e leve, 8,3%.

Do total de participantes da pesquisa (n=518), 51,4% era da área da enfermagem; 13,7% da área da odontologia; 13,5% eram profissionais médicos; 10,8% farmacêuticos e 10,6% fisioterapeutas. A escolaridade dos participantes estava assim distribuída: formação técnica ou de auxiliar (9,3%); graduação (21,8%), pós graduação (68,9%).



O município de Campo Grande, capital do estado de MS, teve um maior número de participantes (78,5%) quando comparada aos demais municípios do estado. Predominaram os participantes com domicílio em área urbana (98,4%).

Em relação às características sociodemográficas e econômicas, é possível observar quanto o estado civil: eram casados ou viviam em união estável (59,8%), solteiros (32,8%), divorciados ou viúvos (7,4%). A mediana da idade foi de 36 anos. Se autodeclararam brancos (61,0%), pardos (29,3%), pretos (5,6%) e amarelos (3,7%). Participaram dois indígenas na pesquisa (0,4%).

A mediana da renda mensal foi de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), variando de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo que esta foi mantida igual para a maioria (52,9%), tendo aumentado para 11,1%, diminuído pouco para 27,5% e diminuído muito para 8,5%. A maioria (69,2%) possuía apenas um vínculo de trabalho.

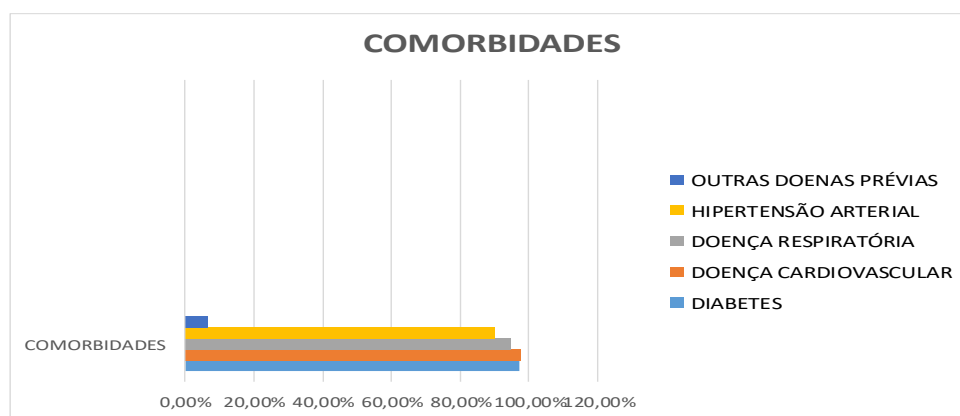
No questionário, quando indagado sobre o local de trabalho, o participante era convidado a apontar aquele em que passava a maior parte do tempo. A Atenção Primária à Saúde (APS) foi o local predominante (45,9%), seguida pelos hospitais/pronto atendimento (26,1%) e outros locais (28,0%). A carga horária de trabalho de até 40 horas semanais apresentou maior percentual (55,1%), quando comparada a carga horária com mais de 40h (44,9%).

Para a maioria dos participantes (40,7%) a sua saúde física foi considerada boa, seguida por aqueles que a consideravam moderada (36,2%), ruim (14,8%) e excelente (8,3%). Já em relação à saúde

mental: a maioria (41,9%) considerou moderada, e boa (33,6%). Foi apontada como ruim para 18,4% e excelente em 6,1%.

A maioria dos participantes (71,2%), no momento da coleta de dados, não havia recebido diagnóstico da COVID-19. Dos que tinham recebido esse diagnóstico (28,8%), a grande maioria (91%) relatou que já havia se recuperado.

Os participantes reportaram a presença de comorbidades, a saber: diabetes (97,3%), doença cardiovascular (97,7%), doença respiratória (94,8%), hipertensão arterial (89,8%) e outras doenças (6,5%). Quanto aos transtornos mentais, foram relatados diagnóstico prévio de: ansiedade (35,3%), depressão (20,5%) e pânico (5,8%).



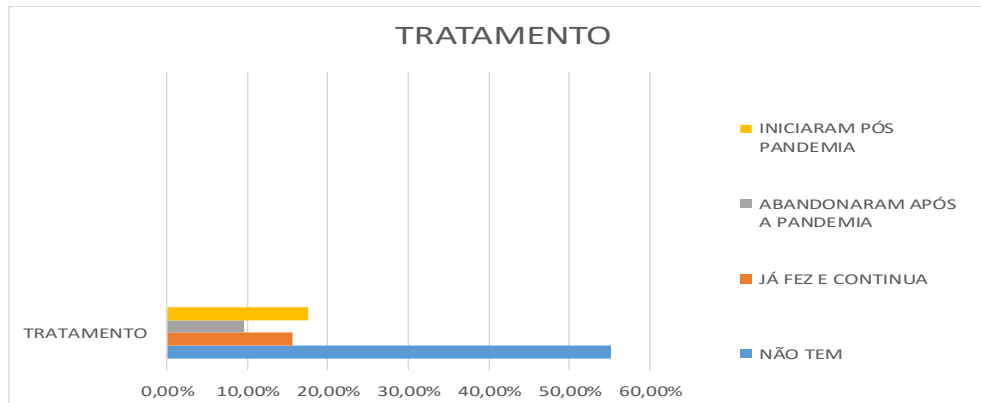
Ao serem questionados sobre o modo que a pandemia afetou a sua ocupação/trabalho, os participantes poderiam escolher mais de uma alternativa dentre as disponibilizadas no questionário. Desse modo, para a análise descritiva, as respostas deste item foram agrupadas, sendo os resultados apresentados a partir desse agrupamento. Dos participantes que responderam sobre a pandemia ter afetado a sua situação de trabalho (82,2%), menos de 1% relatou ter perdido o emprego na pandemia e 6,3% começou a trabalhar nesse período. A grande maioria continuou trabalhando (86,6%), e continuaram trabalhando, mas em casa, 6,1%. Do grupo de participantes (15,1%) que respondeu sobre a pandemia ter afetado suas férias, 76,9% relataram que estas foram suspensas.

Quando questionados se se sentiam seguros com as ações de enfrentamento direcionadas para o controle, prevenção e assistência a COVID-19, a maioria dos participantes respondeu negativamente (61,1%), seguido por aqueles que responderam que se sentiam seguros (27,5%) e os que não sabiam responder (11,5%). Um total de 2,3% não respondeu.

Em relação a se sentir seguro pela forma como o serviço estava organizado e estruturado para o enfrentamento da pandemia da COVID-19: sentiam-se seguros em parte (43,3%); não se sentiam

seguros (29,8%); sentiam-se seguros (27,0%) e não responderam (2,7%).

Em relação a estarem em tratamento/acompanhamento psicológico e ou psiquiátrico ou terem iniciado após a pandemia, a grande maioria dos participantes (55,2%) não estava em tratamento/acompanhamento nem antes e nem depois da pandemia. 15,6% já faziam tratamento/acompanhamento antes da pandemia e continuaram fazendo, e 9,6% abandonaram esse tipo de tratamento/acompanhamento após a pandemia. 17,5% relataram que iniciaram o tratamento/acompanhamento psicologico e ou psiquiátrico após a pandemia.



A partir de uma análise univariada, depreendemos que entre aqueles que apresentaram sintomas de depressão, ansiedade e ou estresse, de leve a extremamente severo (de qualquer um dos transtornos), a maioria era do gênero feminino, com idade entre 30 a 39 anos, inserida na APS e não tiveram COVID-19 no momento da coleta de dados. A maioria classificou sua saúde física e mental como moderadas e não se sentiam seguros com as ações de enfrentamento da pandemia no período avaliado.

É preciso que a gestão do trabalho, sindicatos dos profissionais da saúde, conselhos de classe das categorias e serviços de saúde, além dos próprios profissionais e seus familiares, estejam atentos em relação à saúde mental nos profissionais da saúde, entendendo que não são apenas os profissionais que estão nos hospitais que sofrem o impacto da pandemia, mas profissionais inseridos em outros pontos da Rede de Atenção, sobretudo na APS, que é a porta de entrada preferencial do SUS e deve ser o centro de comunicação de toda a Rede de Atenção à Saúde, contando com uma diversidade de trabalhadores da saúde que atuam nas unidades básicas de saúde, em equipes multiprofissionais, da Estratégia Saúde da Família ou não, com ações de saúde no âmbito individual e coletivo.